

## EXISTE UMA SÓ CIÊNCIA, A DA VIDA SOCIAL?\*

Alberto Oliva  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
[alberto.oliva@pesquisador.cnpq.br](mailto:alberto.oliva@pesquisador.cnpq.br)

**Resumo:** O texto abaixo tem por objetivo apontar a que conseqüências reducionistas leva a sociologia cognitiva da ciência [SCC], também conhecida como Programa Forte ou socioconstrutivismo. Ao se apresentar como capaz de explicar o conteúdo da ciência por meio de causas sociais e ao desqualificar as razões epistêmicas como vazias idealizações filosóficas, a SCC acaba por se tornar a única autêntica metaciência possível. A SCC é guindada à condição de *ciência da ciência* e passa a deter o monopólio reconstrutivo sobre a ciência. Este artigo chama a atenção para as implicações de se reduzir a cognitividade da ciência a produto da vida social. E questiona a desqualificação, levada a cabo pela SCC, do que pensam sobre a ciência os filósofos e os próprios cientistas. Do fisicalismo justificacionista ao sociologismo relativista varia apenas a versão do reducionismo. O que se defende no texto é que é somenos importância se é natural ou social. Isto porque trocar o reducionismo das ciências naturais pelo das ciências sociais em nada contribui para uma melhor elucidação da racionalidade científica.

**Palavras chave:** razões epistêmicas, causas sociais, reducionismo.

There are no ultimate sources of knowledge. Every source, every suggestion, is welcome; and every source, every suggestion, is open to critical examination. Except in history, we usually examine the facts themselves rather than the sources of our information. (Karl Popper)

Existem na opinião de Williams (1977, p. 49) duas maneiras, ambas academicamente respeitáveis, de responder à pergunta “como sabemos de que trata a ciência?”. Uma consiste em apregoar que a maior parte da atividade científica *pode* ser dirigida à refutação ou à “solução de problemas”. Williams sustenta que não sabemos se este é ou não o caso. A outra é sociológica: a comunidade científica pode ser tratada como qualquer outra comunidade e ser integralmente submetida à dissecação sociológica. Williams salienta que isso “pode” ser feito, mas que ainda não o foi. Mas o que tem faltado à sociologia para chegar a uma *completa* explicação – abarcando tanto a *ars inveniendi* quanto a *ars probandi* – da ciência? Que tipo de instrumental metodológico deve a sociologia adotar para efetivamente se credenciar a explicar não apenas a existência institucional como também a dimensão cognitiva da ciência?

A sociologia da ciência sempre enfrentou dificuldades para definir a abrangência do enfoque que lhe compete desenvolver sobre as ciências empíricas e as formais. Acolheu desde a tese de que as estruturas sociais são precondições para a formação, mas não

para a aferição epistêmica, das teorias científicas até a que apregoa ser o conteúdo das explicações científicas plasmado por fatores sociais. Essa variação de atitude pode ser creditada a várias causas. Defendemos o ponto de vista de que é o tipo de filosofia da ciência que a sociologia tacitamente abraça que acaba por definir suas pretensões explicativas – mais ou menos comedidas – sobre a ciência.

O reconhecimento de que a ciência tem uma *natureza social* não torna obrigatório aceitar a *strong thesis* (Hesse, 1980) de que sua substância explicativa não tem vida própria. Chalmers (1994, p. 109) assinala que “uma idéia tradicional de objetividade na ciência diz que (...) o desenvolvimento e a avaliação da ciência não estão sujeitos a uma explicação social”. Vista como construída com base em fatos, como expressão literal de suas manifestações e relações, a teoria científica é justificada como uma espécie de fotografia da realidade imune a desfigurações voluntárias e a jogos abertos ou velados de interesses. Como bem assinala Stark (1958, p. 171), por muito tempo prevaleceu a visão de que “desenvolvimentos sociais não determinam o conteúdo dos desenvolvimentos científicos simplesmente porque não determinam os fatos naturais”.

Em termos históricos, a sociologia da ciência envidou nos anos 30 esforços para se constituir numa disciplina científica. Nessa fase se destaca a figura de Merton (1973a e 1973b) com sua proposta de investigar as comunidades científicas e as relações entre pesquisa científica e estrutura social, preservando a visão epistemológica tradicional de que a cognitividade da ciência é autônoma. Laudan (1984a, p. 41) salienta que “depois de várias décadas de negligência benigna, o conteúdo da ciência começou de novo a ser submetido ao escrutínio da sociologia da ciência”.

Em meados dos anos 60 surge contra a Escola de Merton uma reação que Bunge (1991 e 1992) apropriadamente caracteriza como irracionalista e idealista. Essa nova sociologia da ciência, comumente descrita como construtivista-relativista, alega pintar um quadro mais realista da ciência por rejeitar como “mito” o ideal da pesquisa desinteressada e da verdade objetiva. Bunge não hesita em qualificá-la de pseudocientífica. A maioria dos defensores do novo estilo de sociologia da ciência encara a ciência como uma ideologia, como um instrumento de poder totalmente divorciado do ideal de construir teorias em condições de se legitimarem como verdadeiras ou prováveis. A ciência seria uma construção social que pouco se diferenciaria, até em termos explicativos, dos mitos e especulações. Como bem aponta Bunge, a aceitação do construtivismo-relativismo torna obrigatório admitir que o homem de Piltdown existiu – pelo menos entre 1912 e 1950 – simplesmente porque a comunidade científica nisso acreditou. Essa a consequência de se defender, em termos ontológicos, que nada é (naturalmente) *dado*, que tudo é (socialmente) *construído*.

Que grandes transformações ocorreram na sociologia e na ciência a ponto de provocarem mudanças drásticas no modo de a sociologia encarar a ciência? Do lado da sociologia, nenhuma revolução teórica aconteceu para justificar o *sociological turn* (Brown, 1984). Na ciência – enquanto objeto de estudo – não foram registradas mudanças nos modos de praticá-la com força para motivar formas radicalmente novas de abordá-la sociologicamente. Mesmo as mais inovadoras práticas e os mais revolucionários procedimentos introduzidos na ciência não levaram a resultados que se mostraram mais socialmente construídos que os anteriormente adotados. Sendo assim, a que atribuir a entrada em cena – ou a volta – da visão de que o conteúdo das teorias científicas longe de poder ser epistemicamente *justificado* só pode ser *explicado* por meio de causas sociais?

Tem faltado evidência histórico-empírica suficiente para corroborar a tese de que o conteúdo das teorias científicas não passa de efeito de causas sociais. Não foi até hoje forjada a teoria sociológica capaz de demonstrar que se outras fossem as condições so-

ciais, outro seria o teor de uma teoria. Mas em mundo muito diferente em termos político-econômicos poderia, por exemplo, a teoria da relatividade ter chegado a formulações e resultados substantivamente muito diferentes? Não há estudo sociológico que tenha granjeado formular leis que subordinem o conteúdo das explicações científicas ao que se passa nas macrolocações sociais. A falta de comprovação empírica para suas teses não tem impedido a sociologia cognitiva da ciência [doravante, SCC] de desqualificar a filosofia da ciência sob a alegação de que só produz imagens *racionalistas* – idealizadas – de ciência que nada tem a ver com suas práticas.

Com base na *standard view* (Scheffler, 1967) ou na *received view* (Suppe, 1977), a genuína teoria científica se compõe de enunciados cujos valores-de-verdade podem ser determinados confrontando “o que se diz” com “o que se observa”. Sendo assim, a validação de uma teoria pode ser estabelecida de modo impessoal e a salvo de influências contextuais. O cognitivo é determinado apenas pela lógica e pela experiência. Toda justificação se circunscreve ao campo das relações subsistentes entre proposições e estados de coisas. Não há por isso necessidade de associar o conteúdo da ciência, a fim de se entender como se dá seu endosso ou rechaço, a estruturas e processos sociais. Se a cognitividade *qua tale* nada deve a contextualidade, a reconstrução da racionalidade científica pode ser feita de modo estritamente epistemológico.

A sociologia da ciência tradicional não ousava encarar o conteúdo das ciências naturais como socialmente determinado em virtude principalmente de endossar tacitamente uma concepção justificacionista/fundacionalista de conhecimento. Isso é que a levava a ter postura explicativa modesta diante da ciência e não limitações internas ou interditos filosóficos. Junto com a filosofia da ciência tradicional, perfilhava a velha sociologia da ciência a tese de que a pesquisa, a institucionalização de suas práticas e a aplicação de seus resultados, pode ser movida por projetos e interesses sociais, mas o valor cognitivo de suas teorias não. Daí a imagem elucidativa de Stark (1958, p. 174): “as forças sociais, locomotivas que puxam ou empurram o trem da ciência, não têm o poder de determinar o que é carregado nos vagões”.

Ficava difícil defender a explicação sociológica do conteúdo da física numa época em que a cientificidade das ciências naturais era tomada como modelar e a das sociais avaliada como controversa. Uma disciplina como a sociologia, cindida em escolas e mergulhada no *Methodenstreit*, inevitavelmente enfrentava dificuldade para se apresentar como capaz de elucidar a racionalidade de ciências tidas como exemplares. A assertividade com que a SCC reduz a ciência à construção social dá a impressão de que foi totalmente superado o desafio de conferir cientificidade às chamadas *moral sciences*. Que fatores fizeram com que as disputas metodológicas endêmicas na história das ciências sociais deixassem de inibir a pretensão da sociologia de explicar o conteúdo da ciência?

Em filosofia das ciências sociais, entende-se por *naturalismo* a tese de que a vida social é cognoscível da mesma forma que o mundo natural. E que as sociais, para se tornarem autênticas ciências, devem tomar as naturais como modelos. O naturalismo é assim proposto por Mill (1949, p. 545): “o estado de atraso em que se encontram as *ciências morais* só poderá ser remediado aplicando-lhes os métodos das ciências físicas, devidamente estendidos e generalizados”. O empirismo lógico promoveu a “linguisticização” do naturalismo: as disciplinas que pretendem se tornar científicas devem imitar a linguagem da física considerada a linguagem universal da ciência. O que isso pressupõe é que a linguagem de qualquer subdomínio da ciência pode ser equipolentemente traduzida para a sintaxe da linguagem da física. O fisicalismo é uma modalidade de reducionismo que prega que empregando a linguagem e a metodologia adequadas é possível fazer ciência (social) a salvo de influências metafísicas e ideológicas. O que não se en-

quadra nas bitolas sintáticas da linguagem da física é desconsiderado como uma forma supra ou transempírica – fruto das debilidades lógicas da sintaxe das línguas naturais – de abordagem dos fenômenos investigados.

Carnap (1969, p. 95) defende a tese de que “uma vez que todos os objetos culturais são redutíveis aos objetos psicológicos e todos os psicológicos aos físicos, a base do sistema pode ser colocada no domínio dos objetos físicos”. Forte foi a reação ao fisicalismo. E mesmo a pesquisa social que adotou seus preceitos metodológicos não exibiu resultados significativos. A obra de Kuhn (Cf. Barnes, 1982) dá início ao movimento de insurgência metacientífica contra o “imperialismo metodológico” das ciências naturais. E serve de ponto de partida para a pretensão de prover uma explicação sociológica do conteúdo de ciências como a física. Ao almejar estudar a cognitividade da ciência como um mero conjunto de fatos sociais, repelindo as abordagens filosóficas prescritivistas, a SCC promove a completa inversão do naturalismo. Isso leva a sempre tão atacada sociologia a se sentir capaz de abraçar a tarefa de *explicar* ciências antes tomadas como modelos de cientificidade.

O antinaturalismo professado pelas filosofias da ciência autoproclamadas pós-positivistas é que vai alimentar a pretensão da sociologia da ciência de se tornar cognitiva. A inversão do naturalismo não foi provocada por nenhuma reviravolta nas ciências sociais. Não passou a sociologia por nenhuma mudança de paradigma, por nenhuma *gestalt switch* que a credenciasse a estudar o conteúdo da ciência. O *sociological turn* foi proclamado sem que a sociologia tivesse descoberto novos e cruciais fatos sobre a sociedade ou sobre a racionalidade científica. Só pode por isso ser explicado por fatores que estão fora da sociologia e da ciência. Na realidade, foi propulsionado pela ampla revisão crítica do *mainstream* da filosofia da ciência. Até hoje, a SCC não tem como se legitimar como produtora de sólidos estudos empíricos sobre a ciência. Tampouco poderia a SCC desqualificar, como sói fazer, a filosofia da ciência como criadora de especulações divorciadas da ciência de carne e osso tendo em vista que é inequívoca sua dependência à filosofia da ciência. É de secundária importância se essa filosofia se define como pós-positivista.

Contra o confinamento do escopo da investigação sociológica aos processos sociais que levam a descobertas e invenções na ciência, Bloor (1991) sustenta que os filósofos, sob a máscara da “epistemologia” e da “filosofia da ciência”, têm tentado monopolizar o estudo cognitivo do conhecimento, especialmente científico, deixando apenas o resíduo irracional para os psicólogos e sociólogos. Só que essa redefinição de competências – em que a sociologia desbanca a filosofia – nos estudos *sobre* a ciência foi determinada por reviravoltas epistemológicas e não por transformações revolucionárias – empíricas ou conceituais – ocorridas no seio da sociologia.

O *sociological turn* constitui, como bem observa Laudan (1984), apenas um manifesto metasociológico por meio do qual se declara que a sociologia se considera competente para estudar a ciência como um todo – inclusive o conteúdo de suas teorias. No fundo, o que a SCC faz é dar uma versão sociologista às teses heterodoxas da *Nova Filosofia da Ciência*. As filosofias da ciência *historical-oriented* foram mais importantes para o surgimento da SCC que a propalada decisão de dar caráter empírico aos estudos (sociais) sobre a ciência. Para defender a guinada do justificacionismo para o contextualismo, do naturalismo para o “socioconstrutivismo”, a SCC se socorre o tempo todo de *entimemas* filosóficos.

Acuada pelo *Methodenstreit* e fustigada pelo naturalismo, a sociologia aceitava ficar adstrita ao estudo do contexto da descoberta. Com isso, se considerava inapta a dissecar o contexto da justificação das ciências (naturais). Tudo muda quando a *Nova Filosofia da Ciência* rechaça a legislação dos critérios de cientificidade/demarcação e mina

as rígidas separações entre contexto da descoberta e contexto da justificação, teoria e observação, fato e valor, dados e interpretações, entre o que é o caso e o que se acredita ser o caso, entre o logicamente necessário e o socialmente convencional. O que a sociologia faz, para se candidatar a explicar como social o todo da ciência, é simplesmente eliminar qualquer resquício das velhas dicotomias em prol do monismo social.

A proliferação, a partir dos anos 30, de filosofias da ciência dissonantes e incommensuráveis enfraquece o internalismo, e por extensão o naturalismo e o fisicalismo, e dá ao sociólogo munição para melhor defender a tese de que as explicações derivam de consensos socialmente construídos. A sociologia amplia seu escopo explicativo sobre a ciência quando passa a ser municiada por argumentos epistemológicos que desqualificam o que Searle (2000) muito bem batizou de posições-padrão: realismo, teoria da verdade como correspondência, teoria referencial do significado. O deslocamento – levado a cabo pela Nova Filosofia da Ciência – da ênfase nos componentes sintático-semânticos para a superestimação dos ingredientes pragmáticos da linguagem científica foi fundamental para tentar dar alguma sustentação às concepções externalistas de racionalidade científica. O abandono da visão de que as crenças verdadeiras e racionais demandam um tipo de explicação, as falsas e irracionais, outro, está associado ao pressuposto de que toda credibilidade intelectual é local, isto é, determinada por cambiantes fatores contextuais.

Promover a guinada que substitui a concepção de conhecimento como *crença verdadeira justificada* pela que o define como *crença socialmente causada* envolve colocar, em última análise, no lugar de uma *teoria do conhecimento* uma *teoria da ação social*. Um exercício de *sociologia da sociologia* leva à seguinte questão: durante o período em que adotou o Programa Fraco, adstrito à atividade de identificar as causas sociais que levam uma comunidade de pesquisadores a erros grosseiros e a ilusões cognitivas, a que tipo de determinação social estava sujeita a sociologia da ciência?

A sociologia que acolhia o pressuposto de que causas sociais só explicam a formação das crenças que desrespeitam as *razões* ou desconsideram os *fatos* endossava uma filosofia da ciência internalista. Mas a que busca explicação social para o conteúdo das teorias científicas também se estriba numa filosofia da ciência por mais que tente se legitimar por meio da retórica da pesquisa empírica. A visão de que só os desvios “patológicos” do comportamento racional na pesquisa, ideologicamente determinados ou não, é socialmente causado está afinada com as posições-padrão adotadas pelas filosofias da ciência tradicionais. A de que a sociologia pode se credenciar a dissecar até o conteúdo de teorias científicas amplamente testadas, e corroboradas, mostra-se dependente das filosofias da ciência pós-positivistas.

O que é obra da razão exige *justificação* e o que é fruto da associação, da vida social, demanda *explicação*. Se o que está em questão é justificar, buscam-se *razões*; se explicar, o objetivo é encontrar *causas*. Pode-se tentar uma justificação para a explicação – uma meta-explicação. O difícil é aceitar que as explicações produzidas por uma ciência (por exemplo, a física) só possam ser em última instância explicadas por meio das explicações de outra (sociologia). Deixa-se de poder discorrer de forma imanente sobre a ciência quando o que a *explica* não coincide com as tentativas feitas para *justificá-la*. O que é apresentado pelo filósofo e pelo cientista como justificação nada mais é que um processo social de construção de alegações.

Se o conteúdo das teorias científicas pode ser explicado de modo sócio-histórico é vão tentar justificá-lo. Sendo assim, nem os próprios pesquisadores entendem o que fazem: supõem que decidem com base em razões (lógico-empíricas) quando são determinados por fatores psicossociais. Disso decorre que a racionalidade científica é uma ilusão: não existe em si, isto é, não se justifica em si e por si – é apenas efeito ou reflexo

da vida social. A SCC adota pressupostos incompatíveis com a filosofia da ciência na medida em que a busca de *explicação* (social) para a ciência torna dispensável a preocupação com a *justificação* (epistêmica). Na opinião de Fleck (1979, p. 42), “a cognição é a atividade humana mais socialmente condicionada e o conhecimento é a mais elevada criação social”. E arremata: “toda teoria epistemológica é trivial por não levar em conta, de uma forma fundamental e detalhada, a dependência sociológica de toda cognição”.

Por mais que programaticamente se proponha a desenvolver estudos empíricos sobre a ciência, o que a SCC intenta fazer com estardalhaço é desmascarar os “mitos” *racionalistas* que são produzidos sobre a ciência. O cientista natural, com ou sem a conivência da filosofia, se imagina um fiel aplicador do método desconhecendo o que *de facto* o move. Ignora que sua atuação é plasmada por forças sociais que ele acredita serem imperativos metodológicos ou compulsões epistêmicas. Sendo assim, só o sociólogo ou o antropólogo pode proporcionar a compreensão do que faz o cientista (natural). O que a SCC faz é substituir *justificação por meio de razões* pela *explicação por meio de causas* com base no pressuposto de que *derivar de fatores sociais* os resultados da pesquisa permite melhor elucidar a racionalidade científica que invocar, como fazem os filósofos e os próprios cientistas, razões lógico-empíricas.

Talvez com a finalidade de ocultar a falta de lastro empírico de suas teses ambiciosas, a SCC lança mão da retórica do desmascaramento: a visão racionalista passa ao largo das determinações que fazem a ciência ser o que é. Cientistas e filósofos só fazem criar, ainda que com propósitos intelectuais distintos, ficções metacientíficas. A postulação de uma racionalidade autárquica nada mais é que racionalização da função desempenhada pelos fatores sociais nos processos de aceitação e rejeição das teorias científicas. O abismo entre as razões ilusoriamente invocadas e as causas efetivamente atuantes torna inconciliáveis os estudos metacientíficos levados a cabo pela sociologia e filosofia da ciência.

A SCC é uma modalidade de metaciência afinada com o tipo de distinção bastante difundido em ciências sociais entre as regras reconhecidas numa dada sociedade e o comportamento efetivo dos indivíduos. Aquilo que o agente diz sobre os móveis de sua conduta não coincide com as causas que o levam a fazer determinadas coisas. No caso da ciência, pensa o pesquisador que aceita, por exemplo, uma teoria por seus méritos descritivos, explicativos e preditivos quando nada disso é decisivo. Méritos ou deméritos intrínsecos não são os fatores determinantes das escolhas que faz. Esse esquema propõe que se substitua a justificação estribada em razões (invocada pelo próprio cientista) pela explicação baseada na identificação de causas (feita pelo sociólogo). A mudança é radical: a reconstrução do agir com base em razões cede lugar ao estudo do comportamento determinado por causas. Isso significa que o conhecimento que o agente (cientista) supõe ter de seu pensar e agir não é conhecimento; é necessário que um sociólogo identifique as causas do que o cientista pensa e faz. Os critérios que julgam o conhecimento não são imanentes a seu evolver.

Ao deixar de acolher a visão que os cientistas têm de si mesmos, de suas práticas e da ciência em geral, a SCC se coloca contra as interpretações que encontra nos fatos que investiga. Ao rechaçar como especiosas as crenças dos cientistas sobre o que fazem, a sociologia adota a postura de pretender desmascarar como ilusório o modo como a ciência vê a si mesma. A sociologia é que dá à ciência a visão correta de si mesma. A sociologia é guindada ao topo dos saberes ao se tornar *ciência da ciência*. Só por seu intermédio se pode entender o que é a ciência para além do que seus praticantes pensam que ela é. Assim a sociologia puxa o véu da ilusão criado por filósofos e cientistas e se vinga das açoitadas epistemológicas do fisicalismo: as teorias forjadas por ciências, como a física, se apresentam especiosamente como explicações da realidade natural quando, no

fundo, não passam de subprodutos de processos e estruturas sociais. Isso implica que em última análise só há uma ciência – *a da vida social*. Só ela consegue explicar o que é e como funciona a ciência – uma comunidade como outra qualquer.

Ao decretar, ao menos implicitamente, que as razões da ciência, as invocadas pelos cientistas quando tomam suas decisões, não são genuinamente razões, que o que faz a ciência ser o que é está fora da ciência, a SCC se inspira no esquema explicativo, amplamente empregado em ciências sociais, derivado de Durkheim (1975, p. 217-8):

Os indivíduos, que são os agentes da história, fazem determinada idéia dos acontecimentos de que participam. Para poderem compreender seu comportamento imaginam-se a perseguir tal ou qual objetivo que lhes parece desejável e constroem razões para provar a si mesmos e, caso seja necessário, a outrem que esse objetivo é digno de ser desejado (...). Mas essas explicações subjetivas não têm valor; pois, os homens não vêem os verdadeiros motivos que os fazem agir.

Quando deslocado para o campo da metaciência, esse modelo decreta que o ser da ciência escapa à apreensão dos praticantes que ilusoriamente acreditam que os resultados alcançados são frutos de operações lógicas e constrangimentos empíricos. Com isso, a sociologia passa a se atribuir também a missão – para além das tarefas de descrever, explicar, predizer comumente atribuídas à ciência – de desmascarar o que a ciência pensa de si mesma e, de roldão, o que a filosofia pensa sobre ela. Denunciar a imagem que a ciência faz de si mesma, e a que os filósofos formam sobre ela, significa que só a sociologia sabe efetivamente o que é a ciência, o que a faz ser o que é. Desse modo, todas as ciências se reduzem a uma – à sociologia. No lugar do fisicalismo entra o sociologismo. E, a despeito de todas as aparências em contrário, essa mudança é também expressão de cientismo/cientificismo. A SCC equipara ciência a mais militante ideologia ao reduzir a explicatividade de suas teorias à incidência de fatores sociais. A teoria da relatividade é tão socialmente determinada quanto, por exemplo, o maoísmo. As ciências naturais refletem conflitos de interesses e luta de classes tanto quanto as teorias políticas e sociais.

Sendo assim, a SCC desemboca no “societarismo” na medida em que a ciência social passa a concentrar o poder que o naturalismo concedia à física. O “poder” científico e metacientífico só troca de mãos. Com a completa inversão do naturalismo, a Grande Ciência passa a ser a Sociologia (da ciência). Não por acaso, a SCC exhibe pela filosofia o mesmo desprezo do fisicalismo. A diferença fundamental reside nas filosofias que inspiram – positivismo e relativismo respectivamente – o fisicalismo e o sociologismo.

Para sustentar que o filósofo cria ficções racionalistas sobre o que é a ciência e o cientista se engana a respeito da natureza de sua própria atividade, a SCC recorre a um reducionismo que tampouco tem como se livrar da pecha de cientificista. O fato de ser de tipo sociológico, e não mais físico, não o torna automaticamente superior e menos restritivo. Para poder denunciar as concepções intelectualistas, supostamente divorciadas do ser e do fazer da ciência, o sociólogo se concede o privilégio de forjar a única reconstrução adequada da ciência. A visão do agente/cientista é errada, a do sociólogo a certa. Nesse sentido, é inevitável chegar à conclusão de que a única efetiva ciência é a sociologia. O esquema dualista “essência x aparência” – o que se supõe de forma racionalizada que leva ao assentimento das crenças e o que efetivamente leva – dá à explicação que capta os fatores determinantes o monopólio do conhecimento e desclassifica a

invocação de razões (lógico-empíricas) como ilusão, interessada ou não, dos agentes.

Ao apregoar que os cientistas e filósofos não se dão conta de que a cognitividade da ciência é produto da vida social, o sociólogo assume uma dupla missão. A *pars construens* consiste em *explicar* toda a ciência por meio de causas sociais e a *pars destruens* em *desmascarar* o que pensam sobre ela os filósofos e os próprios cientistas. Para se afirmar como cognitiva a sociologia declara destituídas de valor, por considerá-las ilusórias, a reconstrução filosófica e a auto-imagem da ciência. Se a cognitividade não se justifica, mas se explica no essencial pelos modos com que os mecanismos institucionais moldam o conteúdo da pesquisa, disso se segue que a sociologia – e não a filosofia e a própria ciência – é que tem condições de proporcionar a efetiva compreensão da ciência.

A sociologia, ao dar à ciência a visão correta de si mesma, adquire o status de *ciência da ciência* com uma peculiaridade: mais que uma metaciência passa a ser o único modo de entender o que é a ciência *para além* do que seus praticantes pensam que é. Uma explicação da ciência que contraria o que a própria ciência pensa de si mesma tem uma natureza *paracientífica*. Denunciar a imagem de tipo *racionalista* que a ciência forma de si mesma – e bastante convergente com a da filosofia – equivale a decretar que a ciência, em que pese sua produção de explicações, é uma prática social incapaz de pensar a si mesma.

Concordamos com Putnam (1984, p. 126) quando assinala que o caráter cientístico [scientific], ou cientificista, do positivismo lógico é completamente manifesto e desavergonhado. Mas que também há cientismo, ou cientificismo, por trás do relativismo e do culturalismo. A diferença é a facilidade com que os reducionismos de tipo psicossocial conseguem ocultar sua identidade profunda. A teoria segundo a qual a ‘racionalidade’ nada mais é que o que nossa cultura local a faz ser reduz o estudo de todas as manifestações intelectuais que se pretendem pautadas pela racionalidade a investigações sociológicas, antropológicas ou psicológicas. E essa é também uma forma de reducionismo, de cientificismo, por mais que se apresente com o vistoso rótulo de explicação social. Do fisicalismo ao sociologismo o que há é o reducionismo (cientificista) de sempre.

Como bem observa Putnam, caso a racionalidade se defina por meio de um programa ideal de computador, se está diante de uma teoria cientística inspirada nas ciências exatas. Acrescentaríamos que se o programa reducionista for a física, se trata de cientismo lastreado nas ciências naturais. E no caso de se definir simplesmente por normas culturais locais constitui, como ressalta Putnam, também uma teoria cientística – só que inspirada na sociologia ou na antropologia. É indiferente se o reducionismo é natural ou social. Substituir a física pela sociologia, o naturalismo pelo *societarismo*, não enseja melhor entender a complexidade da racionalidade (científica) nem como fato social e muito menos como construção metodológica. Em nome da superação de reducionismos como o fisicalista não se justifica propor outro; trocar o imperialismo das ciências naturais pelo das sociais não contribui para uma melhor elucidação da racionalidade científica.

A guinada da visão de que o conhecimento é “justificado pela invocação de razões” para a de que o conhecimento “não passa de crença institucionalmente legitimada” exige a formulação de uma bem fundamentada teoria da ação social. E, se eficientemente elaborada, essa teoria da ação social passa a ser a expressão-maior da explicação científica, já que explica – ou contribui decisivamente para explicar – a ciência no que tem de mais essencial – sua natureza socialmente construída. No fundo, a teoria da ação social passa a ser a chave de compreensão da ciência. Sem ela, pouco ou nada se faz de metacientificamente relevante. Nesse sentido, todas as ciências são redutíveis à

sociologia, já que todas são explicáveis pela sociologia. É ela que desmancha as ilusões sobre a racionalidade da ciência ao reduzi-la a um capítulo da Ação Social.

A rejeição dos dois tipos de roteiro causal – um para crenças racionais, outro para irracionais – reduz todo genuíno conhecimento à sociologia, já que incumbirá a ela, e só a ela, elucidar o que são e fazem os outros campos do saber. E tudo para chegar à conclusão, já implícita no ponto de partida, de que as ciências não são o que pensam que são e fazem. O enorme poder intelectual que a sociologia passa a deter deriva de se investir da missão de mostrar que a visão que as ciências – os pesquisadores – têm delas mesmas é falsa, que o que supõem fazer não é o que *de facto* fazem. Acreditam-se movidas por *razões* quando são determinadas por *causas*, se consideram intelectualmente autônomas quando são socialmente moldadas em seu conteúdo.

Tem razão Bouveresse quando em *Le Philosophe chez les Autofagues* sustenta que tanto o cientificismo inspirado nas ciências exatas quanto o que se baseia na antropologia, na sociologia ou na história – nas ciências sociais em geral – nos tiram a oportunidade de compreender o que podem ser a natureza e a função da razão. A combinação do cientificismo com o relativismo só parece estranha à primeira vista; alguém que sustenta, por exemplo, que os critérios de aceitabilidade racional são apenas o reflexo das relações de dominação e exclusão que caracterizam um determinado tipo de sociedade em geral pretende enunciar um fato objetivo; só que, no fundo, reduz o amplo e variado uso da razão e do conhecimento a epifenômeno da vida social. E desse modo só habilita ao estudo desse tipo de fato, ou de determinação causal, um tipo de saber – o social. Isso quando não ocorre de ir mais longe com a defesa da tese de que tudo é ideológico. Como arremata Bouveresse, usar a razão para demonstrar que seu bom uso é impossível é mais que um erro – é uma perda de tempo.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Barnes, B. (1982) *T. S. Kuhn and Social Science*. Londres: Macmillan.

Bloor, D. (1991) *Knowledge and Social Imagery*. Londres: Routledge and Kegan Paul.

Brown, J. R. (org.) (1984) *Scientific Rationality: The Sociological Turn*. Amsterdã: D. Reidel.

Bunge, M. (1991) “A Critical Examination of the New Sociology of Science”. Part 1. In: *Philosophy of the Social Sciences*, v. 21, n. 4, p. 524-560.

Bunge, M. (1992) “A Critical Examination of the New Sociology of Science”. Part 2. In: *Philosophy of the Social Sciences*, v. 22, n. 1, p. 46-76.

Carnap, R. (1969) *Pseudoproblems in Philosophy*. Trad. De Rolf George. Berkeley: University of California Press.

Chalmers, A. (1994) *A Fabricação da Ciência*. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Unesp.

Durkheim, É. (1975) Antonio Labriola, Ensaio sobre a Concepção Materialista de História. In: *A Ciência Social e a Acção*. Trad. de Inês D. Pereira. Lisboa: Livraria Bertrand.

Fleck, L. (1979) *Genesis and Development of a Scientific Fact*. Trad. de Fred Bradley & Thaddeus Trenn. Chicago: The University of Chicago Press.

Hesse, M. (1980) *Revolutions and Reconstructions in the Philosophy of Science*. Bloomington: Indiana University Press.

Laudan, L. (1984) "The Pseudo-science of Science". In: Brown, J. R. (org.) *Scientific Rationality: The Sociological Turn*. Amsterdã: D. Reidel.

Merton, R. (1973a) "The Normative Structure of Science". In: Storer, N. W. *The Sociology of Science. Theoretical and Empirical Investigations*. Chicago: The University of Chicago Press.

Merton, R. (1973b) "Paradigm for the Sociology of Knowledge". In: Storer, N. W. *The Sociology of Science. Theoretical and Empirical Investigations*. Chicago: The University of Chicago Press.

Mill, J. S. (1949) *A System of Logic*. Londres: Longmans Green and Co.

Putnam, H. (1984) *Reason, Truth and History*. Cambridge: Cambridge University Press.

Scheffler, I. (1967) *Science and Subjectivity*. Indianapolis: The Bobbs-Merrill Co.

Searle, J. (2000) *Mente, Linguagem e Sociedade*. Trad. de F. Rangel. Rio de Janeiro: Rocco.

Stark, W. (1958) *The Sociology of Knowledge*. Londres: Routledge and Kegan Paul.

Suppe, F. (1977) "Historical Background to the Received View". In: *The Structure of Scientific Theories*. Urbana: University of Illinois Press.

Williams, L. (1977) "Normal Science, Scientific Revolutions and the History of Science". In: Lakatos, I. & Musgrave, A. (Orgs.) *Criticism and the Growth of Science*. Cambridge: Cambridge University Press.

\* Trabalho apresentado no *IV Simpósio Internacional Principia* ocorrido em Florianópolis em 2005.